

# A polêmica em Vargas e Bolsonaro: uma análise de pronunciamentos em 1930 e 2020

*The polemic in Vargas and Bolsonaro: polemic in Vargas and Bolsonaro: an analysis of speeches in 1930 and 2020*

Bruno de Azevedo Santana Guimarães  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
[bruno.azevedo1985@gmail.com](mailto:bruno.azevedo1985@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-9445-182X>

Ibiraci de Alencar Chagas  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
[svogradiliev@gmail.com](mailto:svogradiliev@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-1693-2465>

## RESUMO

O presente trabalho se inscreve na articulação teórica da Análise do Discurso, que é vista como heterogênea, com a Teoria da Argumentação no Discurso, e pretende analisar os pronunciamentos de Getúlio Vargas, em 1930, e de Jair Messias Bolsonaro, em 2020. Desta forma, pretendemos analisar como a Polêmica, como modalidade argumentativa, se constitui nos discursos dos referidos presidentes e quais os efeitos de sentidos que emergem a partir de tais discursos. Assim, esperamos mostrar não só como Vargas e Bolsonaro possuem discursos polêmicos frente a discursos antagônicos como, também, reatualizam aspectos discursivos e argumentativos quando os mesmos ocupam a presidência da república.

**Palavras-Chave:** análise do discurso; argumentação; polêmica; Bolsonaro; Vargas.

## ABSTRACT

The present work fits within the theoretical framework of Discourse Analysis and Argumentation Theory in Discourse, aiming to analyze the speeches of Getúlio Vargas in 1930 and Jair Messias Bolsonaro in 2020. Thus, we intend to examine how Controversy, as an argumentative modality, is constituted in the speeches of these presidents and the meanings that emerge from such discourses. Therefore, we aim to demonstrate not only how Vargas and Bolsonaro present controversial discourses in the face of antagonistic discourses, but also how their discourse and argumentation strategies shift when they hold presidential power.

**Keywords:** Discourse Analysis; argumentation; controversy; Bolsonaro; Vargas

## INTRODUÇÃO

A longínqua origem da retórica, ao longo da tradição helênica, situa-a entre dois polos antagônicos da interação no diálogo: o consenso e o dissenso. Dos tempos imemoriais aos dias de hoje, as práticas retóricas objetivavam, por intermédio do fenômeno subjetivo/cognitivo da persuasão, dirimir os pontos de vista conflituosos e inaugurar a adesão dos espíritos a certa tese defendida pelo orador. Todavia, não obstante, o objetivo de convencimento, reiteradas vezes, demonstra que os desacordos insistem em se fazer presentes e alcançam níveis variados de intensidade. Eis a condição discursiva para a ocorrência do fenômeno que será abordado neste texto, a polêmica. A análise que se segue se vincula à abordagem teórica proposta por Ruth Amossy, contando com algumas complementações teóricas de certos autores da área sobre o assunto.

Acerca de Vargas, o foco estará no pronunciamento proferido em Porto Alegre, no dia 4 de outubro de 1930, ainda no contexto da pugna eleitoral verificada no dia 1º de março desse mesmo ano, intitulado *Rio Grande, de pé, pelo Brasil!* Esse texto foi escolhido pela sua relevância histórica, uma vez que foi proferido, exatamente, no dia seguinte à irrupção do levante militar que culminou com o golpe de Estado o qual, por seu turno, levou Vargas ao poder – pondo fim à república oligárquica – e, similarmente, pela relevância polêmica, uma vez que se pode observar, com nitidez, todos os aspectos típicos que caracterizam essa modalidade argumentativa. Seu contexto específico o torna espécime sem paralelo dentro da vasta produção discursiva varguista, motivo pelo qual foi tomado, exclusivamente, para análise. Em Bolsonaro, analisaremos o pronunciamento feito no dia 24 de março de 2020 (Pronunciamento [...], 2020), em que, o atual presidente, elege pontos antagônicos de sua estratégia de gestão para a Covid-19, a saber: imprensa e gestores estaduais e municipais; além de defender a volta à “normalidade”, ao ignorar as normas de isolamento social, amplamente recomendadas por cientistas do Brasil e do mundo. Além disso, Bolsonaro chama a pandemia de “gripezinha” e “resfriadinho”, minimizando o perigo da doença e, mais uma vez, indo contra as autoridades médicas.

Não obstante as significativas diferenças no que concerne aos contextos históricos de enunciação dos dois pronunciamentos, nota-se que ambos foram proferidos em circunstâncias de importante crise social. A fala de Vargas, num momento de crise política, quando da irrupção de um movimento armado que se seguiu às tensões

desencadeadas pelos processos eleitorais atrelados à eleição de primeiro de março de 1930; a fala de Bolsonaro, num momento de crise sanitária (Lima, Buss, Paes-Sousa, 2020), quando do registro dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil. Ao observarmos as estratégias de enunciação de ambas as personalidades políticas diante de um horizonte de perturbação no funcionamento da sociedade brasileira, podemos notar as urgências mobilizadas pelo princípio da polêmica diante de cenários nos quais a ordem convencional da sociedade é parcialmente suspensa e questões pressurosas são seriamente colocadas, sobretudo para aqueles que possuem, nas mãos, as rédeas do destino coletivo do país.

A partir de agora, portanto, analisaremos os discursos de dois presidentes que possuem trajetórias políticas e contextos históricos distintos, mas que se assemelham em questões teóricas embasados na polêmica como modalidade argumentativa. Desta forma, estudar tais modalidades na seara política tem a possibilidade de contribuir para as noções dos discursos antagônicos e, como esses atores (Vargas e Bolsonaro) reatualizam aspectos discursivos e argumentativos, quando os mesmos ocupam uma cadeira política tão importante: a presidência da república.

## **UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE *POLÊMICA***

A autora romena Ruth Amossy, em seu texto capital sobre o assunto, *Apologia da polêmica*, define polêmica enquanto “um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das [*sic*] sociedade mais ou menos importantes numa dada cultura.” (Amossy, 2017a, p. 49). A seguir, Amossy observa que “a primeira marca da polêmica como debate da atualidade é uma oposição de discurso. [...] [Isto é,] trazer argumentos em favor de sua tese e contra a tese adversa [...]” (Idem, ibidem). Valendo-se de sua formulação de *modalidades argumentativas*, Amossy complementa essa conceptualização categorizando a polêmica como “interação fortemente agonística que atravessa os gêneros [...] assim como os discursos [...] [,

figurando como] uma modalidade argumentativa situada em um dos polos [*sic*] do *continuum*, até o limite extremo de suas possibilidades<sup>1</sup>.” (Idem, p. 52).

Uma vez situada a polêmica, intrinsecamente, no plano argumentativo, a autora delimita a sua especificidade dentro da tipologia retórica<sup>2</sup> das modalidades argumentativas: para ela, a peculiaridade da polêmica está em sua “ancoragem conflitual, que se traduz pela dicotomização, pela polarização e pela desqualificação do outro – e, apenas de forma secundária, pela violência verbal e pelo *pathos*.” (idem, *ibidem*). Assim, para Amossy, “o conflitual não está apenas dentro da polêmica: ele se situa fora dela e constitui sua fonte. A polêmica seria, então, a manifestação discursiva sob forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam no espaço público” (Idem, p. 53). Daí a propriedade em se afirmar a dicotomização – entendida enquanto o estabelecimento de “pares de noções excludentes uma da outra” (Idem, p. 54) – como indício primacial, condição *sine qua non* da polêmica. Tais noções excludentes configuram, no plano da enunciação, uma relação antitética entre pontos de vista, por princípio, inconciliáveis entre si. Essa *gestão verbal do conflitual* que define a polêmica enquanto modalidade discursivo-argumentativa, pressupõe, do mesmo modo, uma “divisão actancial entre adversários tomados numa relação antitética de tipo conflitual [...] [, o que] instaura uma operação de polarização [...]” (idem, p. 56) Tal “estrutura actancial [...] envolve um Proponente e um Oponente em face de um Terceiro. Não se trata aqui de pessoas, mas de papéis: defensor da posição proposta, opositor dessa posição, ouvinte-espectador da confrontação.”<sup>3</sup> (idem, *ibidem*). Essa “retórica da polarização consiste em estabelecer campos inimigos e é, portanto, um fenômeno social”

---

<sup>1</sup> Num texto mais recente, Amossy assim desenvolve essa sua representação geométrica/dimensional da argumentação: “pode-se dizer que a argumentação é um *continuum*, em cujo centro se encontra o debate racional de duas teses divergentes, e que, em suas duas extremidades, tem-se: de um lado, o discurso que não menciona a opção que está atacando, para se concentrar naquela que quer valorizar, e do outro lado, o choque das posições antagonistas.” (Amossy, 2017b, p. 233)

<sup>2</sup> Na esteira das concepções formuladas por Chaïm Perelman, Amossy não distingue *retórica* de *argumentação*.

<sup>3</sup> A semiótica greimasiana usa o termo *ator* para se referir a um indivíduo, a um agente coletivo tomado individualmente (uma multidão, por exemplo) ou a uma entidade abstrata (o destino, por exemplo) percebido no nível discursivo de um enunciado e que desempenha uma função numa narrativa. Seu uso vem a substituir o de outros termos menos precisos, como *personagem* ou *protagonista*. Já por *actante*, Greimas entende alguém que desempenha ou é objeto de um ato (ação). Seu espaço é o nível da sintaxe narrativa, referindo-se, portanto, a uma função narrativa, tal como a de sujeito ou a de objeto. Martin e Ringham assim exemplificam a função do actante: “in the fairy-tale Sleeping Beauty, the prince functions as actant/subject in his own quest to marry the beautiful princess and as actant/helper in the quest to break the spell of the nasty fairy godmother.” (Martin, Ringham, 2000, p. 18).

(Idem, p. 56-57). Para além dessa dinâmica social de estruturação da identidade grupal em si mesma, a polarização também reforça a sintonia coletiva, supondo a existência de um inimigo em comum ao grupo – às estratégias de afirmação positiva do eu coletivo vem se reunir uma estratégia de subversão do outro, de depreciação do adversário.

Chega-se, portanto, à clara compreensão das etapas do processo tríplice de instauração da polêmica: “a exacerbação de oposições (dicotomia) se concretiza, *in loco*, numa divisão em grupos antagônicos, em que cada um afirma sua identidade social opondo-se e fazendo do outro o símbolo do erro e do mal.” (Idem, p. 58). Assim, para além da dinâmica discursivo-argumentativa associada à ideia preliminar de *gestão de conflito*, a polêmica – recorde-se, nesse ponto, as origens etimológicas do termo –, afinal, visa a desautorizar a fala do opositor, condenando-o ao silêncio simbólico por impropriedade argumentativa. Desqualificação da tese, no fim de contas, comumente, faz-se seguir pela desqualificação do indivíduo – ou grupo – que a sustenta. Em casos extremos, chega-se ao nível da diabolização do outro, nível esse no qual lhe é imputado o próprio arquétipo do mal.

Uma vez enumerados os elementos constituintes da modalidade argumentativa polêmica, Amossy situa numa esfera secundária dois outros elementos comumente associados à ocorrência da polêmica: a violência e a paixão. Para ela, de fato, a emoção parece ser uma consequência natural do engajamento do orador no seu discurso. Porém, “a predominância da paixão não é uma dimensão obrigatória do discurso polêmico, mesmo que ela seja frequente [...]” (Idem, p. 62-63). Em suma, pode existir polêmica sem paixão, o que a torna, em verdade, um aspecto acessório nesse evento argumentativo: “uma grande implicação da polêmica pode acontecer sem um recurso marcado pela emoção” (Idem, p. 63). As mesmas considerações são extensíveis à ideia de *violência verbal*: nem toda manifestação desse fenômeno corresponderia a um evento polêmico, bem como nem toda polêmica, necessariamente, deve apresentar violência verbal (muito embora a própria precisão conceitual da expressão *violência verbal* possa ser contestada). Num texto de 2016<sup>4</sup>, Amossy reitera sua concepção: “a hostilidade entre grupos antagonistas se presta a isso, mas o tratamento emocional não é obrigatório e em caso

---

<sup>4</sup> Foi localizada essa data de publicação original para esse texto de Amossy diretamente em seu perfil, no site da própria Universidade de Tel Aviv.

algum, suficiente para definir a polêmica como tal. O mesmo acontece com a violência verbal.” (Idem, 2017b, p. 233).

Passemos, agora, ao outro autor que selecionamos para operacionalizar um diálogo teórico com Ruth Amossy. Lucas Nascimento Silva adota um percurso próprio, diferenciado, ao formular a sua concepção de polêmica. Para ele, “*a polêmica é um ódio velado aos valores amados do outro*, manifestando-se argumentativamente, sobretudo, pela polarização, cujas características particulares vão se delineando no processo argumentativo concreto” (Silva, 2018, p. 153). Assim, para Silva, a polêmica se localiza, original e propriamente, num plano subjetivo/anímico, a partir do qual poderá vir a se manifestar no plano argumentativo (ou não). Silva assume, pois, um itinerário teórico em sentido oposto ao adotado por Amossy: enquanto a autora romena atribui à polêmica um caráter argumentativo inerente e um caráter passional fortuito<sup>5</sup>, Silva classifica a polêmica como um evento afetivo que vem a se manifestar na esfera discursivo-argumentativa. Sua preocupação, no que respeita à polêmica, “é não impor uma lógica da ‘razão’ alheia, mas a do sentimento gerador” (Idem, ibidem).

Do ponto de vista do estatuto e da relação entre as características do evento polêmico, note-se que, para Silva, a *desqualificação* do outro – que Amossy situa no estágio subsequente do processo tríptico que se inicia com a *dicotomização* e se desenvolve na *polarização* – seria, antes, uma propriedade, um atributo peculiar dessa última: entenda-se a “polarização, cujas características particulares vão se delineando no processo argumentativo concreto, como a desqualificação do outro, a violência verbal e elementos patêmicos manifestos” (Idem, p. 162). A desqualificação do outro, a violência verbal e os elementos patêmicos estariam todos, dessa forma, no mesmo nível; contariam, todos esses, com o mesmo estatuto fenomênico junto ao acontecimento polêmico. Por outro lado, tanto Amossy quanto Silva notam a polarização como seguimento da dicotomização: “a dicotomização tem um efeito sociodiscursivo. Ela produz uma polarização – não como operação quase-lógica, mas como agrupamento em dois campos antagonistas que desenvolvem uma hostilidade mútua” (Amossy, 2017b, p. 232). “Chamo

---

<sup>5</sup> Amossy assim resume seu pensamento, no sentido da centralização do logos, ao longo da dinâmica da argumentação: “invocando a retórica no sentido de arte de persuadir tal como ela se desenvolveu de Aristóteles a Perelman, ela concede um lugar central ao logos em sua relação com o ethos e com o pathos. Ela mantém, portanto, no centro do dispositivo comunicacional a força conferida à fala pelo raciocínio e a faculdade de exercer uma influência fazendo com que ele seja compartilhado.” (Amossy, 2007, p. 126).

atenção para o fato de a própria polarização já pressupor uma dicotomização.” (Silva, 2018, p. 162).

Independentemente das nuances teóricas de cada autor (indispensáveis, em si mesmas, lembremo-nos, para correta e adequadamente calibrar o instrumental analítico), procederemos, agora, à utilização das categorias fundamentais do evento polêmico – dicotomização, polarização e desqualificação de outrem – para abordar um muito breve *corpus* discursivo, selecionado dentre as falas de Getúlio Vargas e de Jair Bolsonaro.

Vale ressaltar que este estudo da Teoria da Argumentação no Discurso, em especial, abordado pelas questões teóricas da polêmica como modalidade argumentativa, estará ancorado à noção da Análise do Discurso, postulada por Dominique Maingueneau; fundamentalmente, à noção de “primado do interdiscurso”. A escolha específica sobre tratar do interdiscurso se deu por entender que tanto Vargas, quanto Bolsonaro, evocam saberes interdiscursivos em seus pronunciamentos para que seus discursos e argumentos fizessem sentido e conseguissem, de imediato, atingir seu auditório de forma mais eficiente. Além disso, há uma aproximação teórica entre a Teoria da Argumentação no Discurso e a Análise do Discurso, por parte dos autores referidos.

Para Maingueneau (2008, p. 15), a noção de discurso surge como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Isso posto, compreendermos que há um entendimento a partir da frequente repetição discursiva que faz com que o analista, a partir dessas regularidades, consiga entender o *modus operandi* discursivo a partir de sua enunciação. Ao se fazer um paralelo com o discurso político, por exemplo, poderíamos identificar e analisar o discurso de determinado político a partir da consistência regular de sua fala. Isso, claro, levando-se em conta o momento histórico ao qual esse discurso foi enunciado. Entretanto, essa fala regular não compreende apenas uma forma de dizer, mas pode trazer à superfície discursiva uma heterogeneidade enunciativa, afinal, diferentes momentos históricos requerem distintas necessidades enunciativas.

É nessa seara que Maingueneau identifica o primado do interdiscurso, uma vez que é através dele que o indivíduo compõe essa heterogeneidade. Segundo o autor, “nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, numa relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro”. É importante destacar que o autor não se refere ao *Outro* da

psicanálise, mas àquele das teorias da enunciação, que é a base da sua teoria sobre discursividade. Além disso, ainda se tratando sobre interdiscurso, compreendemos que essa relação da regularidade discursiva, em paralelo com outros discursos que circulam em sociedade, pode fazer emergir sentidos interessantes à análise do discurso. Em suma, o interdiscurso se constitui a partir de regulares enunciativas que se correlacionam com discursos outros.

## **A POLÊMICA EM VARGAS**

O ponto de partida para a identificação de posições antitéticas que acusam a gênese do evento polêmico se assenta sobre a natureza e o significado do prélio eleitoral, ocorrido em primeiro de março de 1930, bem como, numa perspectiva mais ampla, acerca do próprio caráter da plataforma e das práticas políticas exercidas pelo presidente Washington Luís, em posição de proeminência frente ao Partido Republicano Paulista (PRP). Para Vargas e seus correligionários, associados à Aliança Liberal (AL), a eleição se dera de modo inequivocamente fraudulento, comportando um sem número de atitudes políticas transgressoras das leis e que visavam a alterar o resultado original do escrutínio em favor da situação. Apenas no Rio Grande do Sul, o desfecho denotado pelas urnas corresponderia, em verdade, de acordo com o parecer dos aliancistas, à legítima vontade popular. Para o PRP, todo o processo eleitoral transcorreria dentro dos critérios de normalidade que costumavam regular esses episódios políticos na democracia brasileira à época, não apresentando qualquer irregularidade em si mesmo.

As atitudes políticas subsequentes ao pleito, por parte do governo federal, da mesma forma, foram motivo de desentendimentos: Vargas faz o diagnóstico de uma série de anomalias na ação gestora do executivo nacional pós-sufrágio, fazendo notar, inclusive, que “o Rio Grande e os outros estados aliancistas foram, pelo governo federal, tratados como veros inimigos, negando-lhes até a solução de problemas administrativos de imediato interesse público, olvidado o dever elementar de colaboração do regime federativo” (Vargas, 1938, p. 60-61). O discurso de abandono, por parte de Vargas, denota, por um lado, a falta de apoio das instâncias federais frente à denúncia do problema, como também, o favorecimento através da omissão, uma vez que houve a negativa de apoio do poder público, à época. Entretanto, o discurso oficial contemporâneo

do executivo federal, todavia, não acusa qualquer anormalidade de conduta ou tratamento discriminatório contra os derrotados na disputa eleitoral.

O interdiscurso, neste caso, funciona através de “campos discursivos” que, segundo Maingueneau (2008, p. 34), “são um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência”. Há, portanto, discursos que competem pela identificação do auditório a partir de posições políticas antitéticas. Um *nós* (aliados ao governo, de forma implícita) e um *eles* (“meros inimigos”, de forma explícita) que põem em jogo, nas palavras de Vargas, questões administrativas importantes às resoluções de problemas do Rio Grande. Com isso, de forma implícita, Vargas se utiliza do jogo político para não só dar uma resposta ao seu auditório (os problemas não podem ser solucionados porque fomos abandonados pelo governo federal), como também, alimentar a rixa entre governo estadual e federativo, através de sua fala.

Deve-se apontar aqui, ademais, para tocar num assunto demasiadamente controverso, o entendimento antagônico acerca da Revolta de Princesa (Calicchio, s.d.), conflito militar com objetivos separatistas que envolveu o outrora vice-candidato da chapa liberal, João Pessoa, o qual, à época, ocupava o governo da Paraíba. Esse movimento bélico resultou no embate entre, de uma parte, os interesses de severa centralização tributária do governo estadual e, de outra, os privilégios e a autoridade local de poderosas e tradicionais famílias do interior paraibano. Para Getúlio, “foi ainda amparada e, criminosamente, estimulada pelos poderes públicos a rebelião do cangaço” (Vargas, 1938, p. 61); passagem na qual o político gaúcho sugere a convivência ou, quiçá, a cumplicidade, entre a União e os rebelados. O discurso oficial do governo de Washington Luís, ao contrário, é no sentido de oposição aguerrida ao movimento cismático e de sustentação de óbvia desconexão entre ambos. (Mello, 1994, p. 172). Além disso, ainda sobre esse incidente, Vargas atrela o assassinio de João Pessoa ao curso de colisão de forças políticas na esfera federal, atribuindo-o ao caráter atroz do conflito, ao passo que a explicação oficial dava conta – em acordo com o próprio depoimento do acusado pelo crime – de motivos baseados em critérios de *honra pessoal*, conforme divulgado largamente pela imprensa de então (Foi assassinado [...], 1930) (Guimarães, s.d.).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Posteriormente, será divulgada a versão que associa o crime a um contexto passional, narrativa que envolveu a jovem professora Anayde Beiriz, então amante de João Duarte Dantas, autor do homicídio.

Novamente, vemos o interdiscurso funcionando como um aliado às falas de Vargas uma vez que há uma regularidade em *atacar* seus adversários utilizando-se de aparatos linguísticos que associam o governo vigente com ações, segundo ele, *criminosas*. O fato destas ações serem amplamente divulgadas pela imprensa da época, retrata que os meios de comunicação poderiam intensificar a disputa narrativa entre Vargas e a União, uma vez que, a depender das manchetes divulgadas, os discursos entre Vargas e Washington Luís poderiam ocupar campos discursivos antagônicos frente às ações ocorridas àquela época.

Por fim, ressaltam-se os julgamentos díspares acerca da índole mesma do movimento rebelatório encabeçado pelos aliancistas. Para Vargas e seus aliados, trata-se de uma inquestionável iniciativa popular:

entreguei ao povo a decisão da contenda, e êste, cansado de sofrer, rebela-se contra os seus opressores. [...] Estamos ante uma contra-revolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional. Trata-se dum movimento generalizado, do povo fraternizando com a tropa, desde o Norte valoroso e esquecido dos governos até ao extremo Sul (Vargas, 1938, p. 63).

O político gaúcho chega a classificar o movimento de *contrarrevolução*, aludindo ao alegado caráter ordeiro e legalista do movimento – pleiteando “a volta do país à normalidade” (Vargas, 1938, p. 63). Para Vargas, a revolução – no sentido de subversão da ordem civil – fora feita, antes, pela própria União, por intermédio das atitudes assim julgadas como descabidas e subversivas à ordem pública, tomadas por Washington Luís. Já para o chefe do executivo nacional, como não poderia deixar de ser, tudo não passava de um golpe de Estado arquitetado por seus opositores mineiros e gaúchos. Em sua lógica de avaliação política, haveria, até mesmo, elementos anarquistas e comunistas por detrás do movimento, chegando a lhe atribuir um traço *bolchevique*. (Lira Neto, 2012, p. 486).

Neste caso, há uma oposição interdiscursiva entre *contrarrevolução* e *golpe de Estado* que fomenta a postura entre Vargas e seu adversário político, o presidente Washington Luís. Enquanto um, em suas palavras, pregava a união do povo oprimido

---

Depois da Revolta de Princesa, Dantas, envolvido pelos interesses de família no conflito paraibano, foge para Recife. Pessoa manda forças policiais revistarem o seu escritório e se apropria de cartas enviadas pela jovem. Nos dias seguintes, o jornal governista *A União* – entre outros órgãos da imprensa estadual ligados à situação – publicou o conteúdo das cartas, a fim de, ao expor assuntos de foro íntimo de Dantas, aviltar a sua dignidade pessoal.

para combater as forças adversárias e promover uma reconstrução nacional, o outro classificava os atos de Vargas como um golpe que, segundo ele, estava sendo arquitetado por adversários políticos comuns. À vista disso, percebemos que os campos discursivos antagônicos disputavam a narrativa brasileira, operando a partir de pontos de vistas que concorriam entre si.

Passando para o plano que Amossy identifica como *polarização* ou divisão social, pode-se notar que, desde o início, Vargas releva a nítida distinção entre ele e seus partidários, formando uma coalizão, e as forças políticas que contra eles concorreram na campanha eleitoral, então recente, formando outra. Os marcos fronteiros que distinguem ambas as facções são estabelecidos desde um critério corporativo comum, a partir do qual se sobressaem múltiplas matizes. Particularmente, isso ocorre através da vinculação política e partidária: a Aliança Liberal, de Vargas e seus correligionários – que agregava várias entidades políticas, a exemplo do Partido Republicano Mineiro e do Partido Republicano Rio-Grandense –, de um lado e, de outro, o Partido Republicano Paulista. Inclusive, tal discrepância política passa a caracterizar as próprias unidades da federação que se posicionaram diante do embate: estados liberais versus estados fiéis ao Catete (ocupado por Washington Luís, representante do PRP que se encontrava à frente do Executivo nacional). Tal distinção partidária se estende ao nível das configurações políticas subjacentes a ambas as legendas: o PRP é a sigla que aglomera as oligarquias nacionais – atendo-se a uma declarada agenda conservadora –, ao passo que a AL reúne, em seu seio, os favoráveis à “democracia”, uma vez que estavam esses em concordância com as aspirações liberais e com certos anseios de cunho populista (inclusive, medidas de proteção aos trabalhadores, a anistia a presos políticos e o voto secreto). Eis, assim, o clássico antagonismo entre liberais e conservadores – antagonismo sectário cujas raízes remontam à aurora política da era contemporânea na Europa e seus movimentos insurretos e que vigorou, no Brasil, ao longo de todo o período imperial, sendo, apenas, formalmente suprimido graças à promulgação do regime republicano – situado na esfera política de fins da primeira república<sup>7</sup>. Dado o contexto mencionado, pode-se também

---

<sup>7</sup> Como observa Chacon (1998, p. 50), eis o lema do PRP: “federalismo e democracia, esta prudentemente após aquele”. O PRP era visto como sendo liderado por elites “na realidade tradicionais ou inclusive tradicionalistas” (Idem, p. 100). Em verdade, era a legenda política que, por sua autoridade e tradição – fora fundada em 1870 – representava os interesses da elite agrária paulistana.

apontar a bipartição entre o lado vencedor do prélio eleitoral de 1930 (PRP) e o lado perdedor (AL), o que gera a clássica tensão política entre situação e oposição.

Passaremos, por fim, à dimensão da desqualificação do outro. Avultam, aqui, os adjetivos qualificativos que destacam toda a sorte de atributos difamatórios associados aos representantes do PRP. Inicialmente, Vargas denuncia que

a hipertrofia do Executivo, inteiramente descomedido, absorvendo os outros poderes, aniquilava o regime e assumia, de maneira ostensiva, a direção da pugna eleitoral, em favor da candidatura do meu opositor. As violências e perseguições prévias, como atos preparatórios da fraude, deixavam evidente que, após o pleito eleitoral, viria (...) o ajuste de contas pelo sacrifício dos direitos líquidos de todos os elementos incorporados à corrente liberal (Vargas, 1938, p. 59).

Os apoiadores da candidatura do representante do PRP são, assim, classificados como antidemocráticos, potencialmente totalitários e transgressores das regras mais elementares que deveriam nortear o processo eleitoral, bem como implantadores da desonestidade, da fraude, do abuso de poder, da intolerância social e da violência política. O interdiscurso funciona, neste caso, com o objetivo de associação da União com atos de corrupção e violência. Esta associação é natural da disputa política brasileira que, através da disputa narrativa entre pares antagônicos, utiliza dessa estratégia para ganhar voto (ou a confiança do eleitorado), desqualificando a idoneidade do adversário e cooptando votos a seu favor. Nas palavras de Vargas, portanto, seus adversários eram destruidores da ordem política que deveria espelhar as mais genuínas e elevadas aspirações populares, apelam para uma conduta autoritária, intransigente:

pretenderam subjugar a própria liberdade de consciência, a dignidade do cidadão brasileiro e o direito de pensar e agir dentro da lei. [...] Passamos todos a assistir, constrangidos e humilhados, ao tripúdio mais desenfreado e impudente, ante as vítimas da sanha de um poder que entrava, francamente, na fase final do delírio (Idem, p. 62).

Deve-se notar que a origem das práticas políticas censuráveis do lado dos partidários do PRP é atribuída não mais a uma mera falha moral – devido a questões de caráter –, porém, antes, a um fator psicopatológico, de ordem clínica. O descompasso diante das regras jurídicas esconde, em seu seio, uma enfermidade psíquica. Não há qualquer intenção de se apiedar, aqui, do estado mental dos situacionistas: o diagnóstico é feito com vistas a ressaltar a flagrante impossibilidade do grupo se preservar no poder,

uma vez que privados estão da própria sanidade. Vícios morais e condição psicótica se dão as mãos e confundem as suas instâncias para realçar o mal político absoluto e insustentável a afligir a nação. O interdiscurso, portanto, evoca a simbologia médica que poderia, por exemplo, interditar uma pessoa caso esta não possuísse total domínio de suas faculdades mentais. É como se ele (Vargas) afirmasse: “Já que este governo está em delírio, não pode governar com as devidas atenções necessárias”.

Arrematando a sua visão sombria e acusatória das coisas, naquele momento, Vargas observa:

a brutalidade, a violência, o suborno, o malbarato dos dinheiros públicos, o relaxamento dos costumes e, coroando este cenário desolador, a advocacia administrativa a campear em todos os ramos da governação pública. Daí, como consequência lógica, a desordem moral, a desorganização econômica, a anarquia financeira, o marasmo, a estagnação, o favoritismo, a falência da justiça (Idem, ibidem).

Desgoverno financeiro, inoperância do Estado, apatia da jurisprudência: além do descalabro das virtudes cívicas maculadas pela perversão dos princípios de idoneidade política perante a máquina pública, tem-se o aspecto da falência governamental das instituições estatais em função de absoluta incapacidade governamental e completa negligência pela coisa pública. Desvario e delinquência em primeiro plano, indiferença e incompetência tácitas, pressupostas – eis as categorias utilizadas por Vargas para enquadrar e desqualificar seus opositores políticos, condenando-os enquanto absolutamente indignos de permanecerem à frente do governo.

Em paralelo, Vargas é sempre o elemento preservador da ordem e da lei – a contraparte indispensável à arquetipização do mal político feita acerca dos situacionistas:

apelei para os sentimentos de cordialidade e para as inspirações do patriotismo [...] tentei uma solução conciliatória. [...] Esforcei-me também para que a campanha prosseguisse num regime de garantias e respeito integrais de todos os direitos consagrados pelo sufrágio eleitoral [...] julguei possível um entendimento, leal e franco, que tivesse por base a própria reconciliação dos brasileiros, pondo de parte quaisquer considerações de ordem pessoal (Idem, passim).

A confrontação, aqui, define o político gaúcho, já não é mais entre o PRP e a AL: é entre um governo corrupto e tirânico, de um lado, e a vontade popular, de outro (novamente o interdiscurso do *nós* x *eles* que classifica os atos como

contrarrevolucionário e golpista). Vargas entrega a questão ao povo e ele e seus seguidores se limitam a “acompanhá-lo (...) amparados no apoio da opinião pública” (Idem, p. 63). Honesto, ordeiro, legalista e democrático – eis a imagem etóica do orador que se assume enquanto a contraparte indispensável dos males que definem Washington Luís e seus partidários.

## **A POLÊMICA EM BOLSONARO**

No dia 24 de março de 2020, Jair Bolsonaro (JB) se utiliza do pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, para falar aos brasileiros sobre aspectos pontuais de seu governo no que diz respeito à gestão de enfrentamento para a Covid-19, pandemia que vitimou milhares de pessoas no mundo e que, àquela época, no Brasil, acumulava 47 mortos. Entretanto, após informar que o país se preparava para enfrentar o Coronavírus, inclusive, elogiando o empenho do então Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, Bolsonaro acentua o conflito com a imprensa brasileira, os governadores e os prefeitos sobre a divulgação e medidas de combate à pandemia:

mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País (Pronunciamento [...], 2020, 0 min 50 s).

Num primeiro momento, o presidente se refere a uma gestão que tinha como objetivo salvar vidas e empregos da população, contudo, tais atitudes, seriam contrárias àqueles que se opunham a tais medidas: no plano do discurso, essa atitude se expressa na frase *quase contra tudo e contra todos*, uma polarização que classifica um *nós* em oposição a *eles* (Amossy, 2017). Desta forma, há uma eleição de um *inimigo*, ou vários inimigos, que entram em desacordo com o presidente. Assim, nota-se uma dicotomização no plano interdiscursivo que tem como argumento a seguinte premissa implícita: *aquela que não concorda comigo, está contra mim*. Há, portanto, um conflito polêmico que é proposto pelo presidente como dicotômico, entretanto, incoerente. Fica o seguinte

questionamento: os *inimigos*, ao se oporem à vida e ao emprego, querem a morte e o desemprego para a população? Tal inferência será construída pelo povo brasileiro a partir de posições político-ideológicas específicas, a saber, identificação (ou não) com o então presidente.

O interdiscurso, portanto, opera na disputa de campos discursivos que não se relacionam entre si e que coloca os cidadãos brasileiros para decidir qual narrativa é a mais viável àquele período histórico. A prioridade, neste caso, era ter políticas públicas que preservassem a vida (como requisitavam os adversários políticos que cobravam atitudes através das recomendações das autoridades sanitárias internacionais) ou o emprego (conforme as palavras do presidente e seus apoiadores que pregavam uma volta à normalidade).

A expressão *contra tudo e contra todos* funciona, neste caso, como um operador discursivo (elementos linguísticos que possuem a função de evidenciar uma estratégia discursiva e argumentativa) de combate, em que JB constroi uma imagem (*ethos*) que faz sentido no interdiscurso, ou seja, ele, enquanto um ex-militar continua sua trajetória *heroica* de lutar pelos valores do Brasil. Deve-se perceber que esta é uma tática que pretende demonstrar uma imagem positiva do presidente, que reforçaria os laços dele com seu auditório, bem como fomentar pautas também positivas frente à opinião pública. Afinal, em suas próprias palavras, o mesmo estava trabalhando para salvar vidas e o emprego da população brasileira (atitudes inclusive esperadas de todos os que ocupavam as presidências dos países durante a pandemia).

Em seguida, JB aponta as atitudes da grande mídia como contrárias às medidas tomadas pelo presidente: ao afirmar que os meios de comunicação espalharam a *sensação de pavor*, que alimentaria o pânico e a histeria. Desta forma, JB não só ratifica sua posição contrária às instituições, demarcando claramente a polarização entre ambas, como também, ataca a grande mídia, ao incitar uma *má-intenção* do trabalho jornalístico, que teve como fonte as inúmeras mortes ocorridas na Itália. Assim, o presidente desqualifica o *ethos* dos meios de comunicação que, segundo ele, deveria seguir suas estratégias e omitir os acontecimentos internacionais, como também, atuar como forma de negar o perigo da doença que já tinha vitimado centenas de pessoas à época. Em sua estratégia, portanto, a grande mídia só estava alimentando a fogueira com situações que não

ocorrerem no país pela faixa etária da população italiana, como também, pelo clima distinto entre os países.

O interdiscurso funciona, neste caso, através de três aspectos importantes: primeiro, o caráter austero que quer colocar as instituições de comunicação à serviço da presidência, ao não divulgar dados internacionais importantes da doença; segundo, afirmar a *má-conduta* da grande mídia em um pronunciamento presidencial foi a centelha que atizou a pólvora de seu eleitorado contra os meios de comunicação que, como vimos mais tarde, gerou expressões corriqueiras como *Globalixo* (Pereira, 2021), e, posteriormente, ataques a repórteres e cinegrafistas à frente do Palácio da Alvorada, residência do presidente (Apoiadores [...], 2020); por fim, uma fala desprovida de análise científica ao afirmar que o vírus só iria vitimar idosos, como também, não se propagava no Brasil por ter um clima mais quente que o da Itália.

Ao não recorrer às medidas científicas, o presidente continua, em seu pronunciamento, criticando governadores e prefeitos que seguiram os protocolos dos órgãos de saúde e decretaram, assim como vários países, o chamado *lockdown*, ou seja, o fechamento de estabelecimentos considerados não essenciais, para conter a circulação de pessoas nas ruas e comércios, assim, diminuindo o contato e a posterior contaminação da população: “algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa.” (Pronunciamento [...], 2020, 2 min 13 s).

Vemos, portanto, o segundo conflito do presidente personificado na gestão da pandemia com as autoridades estaduais e municipais. A polêmica se dá, portanto, no caráter autoritário de JB que acusa governadores e prefeitos de adotarem medidas que ele classifica como *terra arrasada* (em que o oponente queima e destrói qualquer coisa que seja proveitosa ao inimigo). O interdiscurso, desta forma, faz referência ao campo discursivo militar para gerar um sentido de violência extrema em ambiente de guerra. Novamente, retomamos a Amossy (2017, p. 53), que explica que o conflitual “não está apenas dentro da polêmica: ele se situa fora dela e constitui sua fonte”. Assim, entendemos que o conflito instaurado por JB em relação aos governantes, pode ser entendido como: 1) anterior à pandemia (através dos embates políticos partidários recorrente dos meios democráticos; 2) a recusa em seguir as ordens do presidente, mas sim, as normas da Organização Mundial de Saúde (OMS), o que geraria uma *afrenta* ao

*poder* do presidente; 3) uma estratégia dos governadores de destruir os planos do presidente ao adotar medidas de *terra arrasada* (funcionamento do interdiscurso).

Em seguida, o presidente continua seu discurso utilizando argumentos fora das bases científicas, além de atacar a Rede Globo de Televisão:

no meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão (Pronunciamento [...], 2020, 3 min 5 s).

O *histórico de atleta* foi utilizado para balizar um argumento ainda não comprovado da ciência que livraria o paciente acometido pelo Covid-19 das sequências graves da doença. Tal argumento serve para ratificar o que o próprio presidente afirmou sobre a faixa etária dos idosos que preocupa os trabalhadores da área da saúde em relação ao desenvolvimento da doença. Ao se colocar enquanto um atleta livre das condições graves da doença, JB: 1) demonstra um *ethos* narcisístico e que tem em si um modelo ideal para a população brasileira (perceba que ele não cita outro atleta, mas a si mesmo); 2) corrobora com a ideia pré-concebida de que somente as pessoas idosas estariam em perigo, livrando, assim, a população jovem, que poderia continuar sua vida normalmente, sem haver a necessidade de aderir ao regime de *lockdown*, imposto pelos prefeitos e governadores (afinal, o próprio interdiscurso baliza a ideia de idosos como pessoas que precisam ser cuidadas). Os adjetivos *gripezinha ou resfriadinho*, denota uma diminuição das consequências da ação do coronavírus no organismo humano. O sufixo *inho* (em gripe e resfriado) tem sentido irônico e reflete a depreciação do presidente para com a doença. Desta forma, a população não levaria tão a sério os sintomas da Covid-19, o que possibilitaria a infração das regras dos órgãos de saúde.

Além disso, o presidente faz uma referência irônica ao trazer para o discurso o médico Dráuzio Varela, que trabalha como comunicador na TV Globo. A ironia pode ser identificada através dos pronomes demonstrativos *aquela* e *daquela*, na frase *aquele conhecido médico daquela conhecida televisão*. Com a escolha de não citar os nomes dos sujeitos em questão, JB suscita, através da memória interdiscursiva, que há um saber compartilhado em sociedade e que a plateia (os que acompanham o pronunciamento) irão fazer as devidas conexões entre Varela e a Globo. Ou seja, o implícito faz sentido através do interdiscurso, uma vez que as ligações entre o sujeito (médico) e a instituição (Globo),

propostas pelo presidente, seriam entendidas pela população por saberes partilhados. Esta é uma estratégia que: 1) ratifica seu posicionamento antagônico à Rede Globo de Televisão (polarização *nós e eles* (Amossy, 2017); 2) evita uma ação judicial, já que nenhum nome foi citado explicitamente, logo, ninguém envolvido poderia se sentir lesado já que a referência foi totalmente indireta (mas que faz sentido ao evocar uma memória interdiscursiva que liga a pessoa indiretamente citada à Globo); 3) afirma que tais informações partiram da emissora indiretamente citada, logo, é como se ele dissesse: *como vocês mesmos afirmaram, a minha condição me livra das consequências graves da doença*. Percebam que, neste último tópico, há dois pontos que teríamos que levantar: 1) JB diz que o médico afirmou sobre isso (pode não ser verídico) na televisão; b) já que um profissional de saúde, segundo ele, afirmou tal premissa, ganha um efeito verídico e, desta forma, é como se o presidente estivesse seguindo a norma de um médico.

Por fim, a polêmica envolvendo o uso da cloroquina no tratamento da Covid-19:

enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da Cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lupus e à artrite (Pronunciamento [...], 2020, 3 min 26 s).

Esta foi a primeira vez que o presidente falou em um pronunciamento oficial sobre o uso do medicamento para o tratamento da Covid-19. Até então, a cloroquina, como JB mesmo informou, era utilizada com eficácia somente para o tratamento em algumas doenças (malária, lupus e artrite). Entretanto, tal comprovação nunca foi obtida e, em muitos casos, levou pacientes à morte (Rocha, 2021). Bolsonaro, no entanto, tratou da fabricação do medicamento, mesmo sem eficiência comprovada, como pauta política, inclusive, como propaganda para os animais no Palácio da Alvorada. (Bolsonaro [...], 2020).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No âmbito político, é comum encontrarmos dissidências e pólos antagônicos na disputa pelo poder. Nessas circunstâncias, o campo discursivo/argumentativo baliza posicionamentos, aprofunda diferenças e acentua conflitos. Neste trabalho, analisamos de

forma teórica a polêmica enquanto modalidade argumentativa, através do discurso de dois presidentes do Brasil: Vargas e Bolsonaro. Para tanto, nos detivemos em três pontos específicos: a dicotomização, a polarização e a desqualificação, do ponto de vista argumentativo; e de interdiscurso, do ponto de vista discursivo. O estudo, conforme constatamos, nos deu uma visão de como tais sujeitos, mesmo em épocas distintas, se assemelham nas questões supracitadas.

No campo da gestão conflitual, ambos os presidentes acentuaram os aspectos antagônicos com os opositores. Desta forma, percebemos uma clara dicotomia discursiva entre os presidentes com aqueles que possuíam posições contrárias a eles. Essas posições antitéticas geram um *contra* e *a favor*, ou seja, se excluem mutuamente. Os inimigos políticos de Vargas e Bolsonaro são eleitos discursivamente, entretanto, notamos que Vargas possui uma postura muito mais direta e assertiva que Bolsonaro: enquanto Vargas nomeia seus adversários como *coalizão* e emprega a desqualificação através de adjetivos difamatórios, Bolsonaro é mais sutil e, até mesmo, deixa implícito sua discordância.

Podemos perceber que Vargas possui uma postura mais enérgica, um *ethos* mais incisivo no momento do discurso. Ele acentua os conflitos e polariza suas posições em relação a seus opositores de forma mais direta. No jogo político, Vargas ataca seus adversários de forma clara. Já Bolsonaro, utiliza a estratégia de culpar a mídia por questões que são próprias da comunicação, ou seja, a mídia por fazer o papel da mídia. Em relação aos governadores e prefeitos, sua crítica se volta contra as ações tomadas por estes que diferem com as nuances de seu governo. A desqualificação em ambos, é feita de forma velada, diferentemente de Vargas, que utiliza de adjetivos difamatórios.

Em Vargas, o evento polêmico acontece no pleito eleitoral a partir de posições antagônicas com seus adversários. Para ele, as eleições aconteceram a partir de fraudes a fim de alterar o resultado final. Há, desta forma, uma polarização que difere as posições políticas resultando numa desqualificação do outro através de adjetivos difamatórios, inclusive, em suas palavras, antidemocráticos. A omissão das instâncias federais, frente às suas denúncias, inflama essas discussões pois, naquele caso, poderia favorecer a eleição de um pleito que fugia da norma democrática.

Já em Bolsonaro, a polêmica acontece quando o mesmo já ocupa a cadeira de presidente da República, por meio de um pronunciamento. Neste caso, a polarização se dá através do discurso do então presidente frente às críticas que o próprio recebeu durante

sua gestão no período da pandemia da Covid-19. Ou seja, o presidente não aceita atitudes e críticas que sejam diferentes do seu modelo de gestão de crise. Há um *nós x eles* que é construído na superfície discursiva que é elencado pelo próprio presidente durante seu pronunciamento.

Desta forma, entendemos que as dimensões polêmicas que envolvem Vargas e Bolsonaro são distintas. O próprio contexto histórico/político também o é. Entretanto, há similaridades e diferenças na postura dos políticos que nos fazem refletir em como os sujeitos que ocupam a presidência da república atuam em situações de conflito. A polêmica – tomada como modalidade argumentativa teorizada por Amossy e Silva – nos ajuda a entender a forma como cada um lida com polos discursivos discordantes.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. O que é a polêmica? Questões de definição. In: AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017a [2014]. Pp.: 43-67.

AMOSSY, Ruth. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 13, p. 227-244, jan/jun. 2017b [2016].

AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na Análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [S. l.], n. 9, p. 121-146, 2007. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v0i9p121-146. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59776>. Acesso em: 3 jun. 2021.

APOIADORES de Bolsonaro hostilizam jornalistas em frente ao Alvorada: gritos e xingamentos começaram pouco depois de o presidente afirmar que não falaria com os jornalistas. *Correio Braziliense*. 25 mai. 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/25/interna\\_politica,858160/apoiadores-de-bolsonaro-hostilizam-jornalistas-em-frente-ao-alvorada.shtml#google\\_vignette](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/25/interna_politica,858160/apoiadores-de-bolsonaro-hostilizam-jornalistas-em-frente-ao-alvorada.shtml#google_vignette). Acesso em: 20 set. 2023.

BOLSONARO exhibe caixa de cloroquina para emas no Palácio da Alvorada. *Uol*. 23 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/23/bolsonaro-exibe-caixa-de-cloroquina-para-emas-no-palacio-da-alvorada.htm>. Acesso em: 06 out. 2023.

CALICCHIO, Vera. *Revolta de Princesa*. [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PRINCESA,%20Revolta%20de.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

FOI ASSASSINADO O DR. JOÃO PESSÔA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1930. Capa. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1930\\_10919.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1930_10919.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

GUIMARÃES, Arthur Silveira. *Os caminhos de uma “Revolução”*: o movimento de 1930 na Paraíba. [s.d.]. Disponível em: [http://www.anpuhpb.org/anais\\_xiii\\_eeph/textos/ST%2002%20-%20Arthur%20Silveira%20Guimar%C3%A3es%20TC.PDF](http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2002%20-%20Arthur%20Silveira%20Guimar%C3%A3es%20TC.PDF). Acesso em: 21 jun. 2021.

LIMA, Nísia Trindade, BUSS, Paulo Marchiori, PAES-SOUSA, Rômulo. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. In: *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 7, p. 1-4, Julho, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/42406>. Acesso em: 24 dez. 2023.

LIRA NETO, João. *Getúlio*: dos anos de formação a conquista do poder (1882-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTIN, Bronwen, RINGHAM, Felizitas. *Dictionary of semiotics*. London: Cassell, 2000.

MELLO, Jose Octavio de Arruda. *Historia da Paraíba*: lutas e resistências. João Pessoa: Editora A União, 1994.

PEREIRA, Kesley. Bolsonaro exhibe a apoiadores cartaz com a frase “Globo lixo”, no Paraná. *Poder 360*. 4 fev. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-exibe-a-apoiadores-cartaz-com-a-frase-globo-lixo-no-parana/>. Acesso em: 4 out. 2023.

PRONUNCIAMENTO Oficial do Presidente da República, Jair Bolsonaro. [S. l.: s. n.], 24 mar. 2020. 1 vídeo (5 min.). Publicado pelo canal CanalGov. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VWsDcYK4STw>. Acesso: 12 dez. 2023.

ROCHA, Camilo. As mortes associadas à nebulização de cloroquina. *Nexo*. 17 abr. 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/04/17/As-mortes-associadas-%C3%A0-nebuliza%C3%A7%C3%A3o-de-cloroquina>. Acesso em: 4 out. 2023.

SILVA, Lucas Nascimento. Análise dialógica da argumentação polêmica: uma hipótese geral. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 151-169, jan-abr/2018.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*: da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo (1930-1931). Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

Recebido em: 26/03/2024

Aceito em: 29/05/2024

**Bruno de Azevedo Santana Guimarães:** Graduação em Comunicação Social com Jornalismo pela União Metropolitana de Educação e Cultura (2009) e Letras - Língua Portuguesa na Universidade Estácio de Sá (2022). Mestre em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL - UEFS).

**Ibiraci de Alencar Chagas:** Possui graduação em Licenciatura em História (2002), especialização em História Social (2005) e mestrado em Literatura e Diversidade Cultural (2011) pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL - UEFS).